



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 109, DE 2023
(Da Sra. Erika Hilton)**

Susta o artigo 13, inciso III, do Decreto Federal nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº ____/2023

Susta o artigo 13, inciso III, do Decreto Federal nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica sustado o artigo 13, inciso III, do Decreto Federal nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

ERIKA HILTON
Deputada Federal (PSOL/SP)



JUSTIFICATIVA

O Decreto de nº 10.977, publicado em fevereiro de 2022, visa a instituição do novo modelo de Carteira de Identidade ou Registro Geral (RG) em escala nacional. O decreto supracitado institui, além de outras questões, que o nome civil e o nome social de pessoas trans e travestis sejam inseridos simultaneamente no documento, nos seguintes termos:

“Art. 13. O nome social será incluído mediante requerimento, nos termos do disposto no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. (...)”

III - sem prejuízo da menção ao nome do registro civil da Carteira de Identidade;”

O nome social se refere à designação pela qual a pessoa trans ou travesti se identifica e é socialmente reconhecida. Atualmente, o nome social figura como um dos principais direitos que atuam em favor dessa população, uma vez que, por meio dele, pessoas trans e travestis podem ter a sua identidade de gênero respeitada em todos os espaços institucionais, sendo tratadas de acordo com o nome que elas próprias escolheram - não com o nome instituído no momento do nascimento (o chamado *registro civil*, que, em geral, conflita com a identidade de gênero da pessoa trans ou travesti).

A luta em nome do direito ao uso do nome social não é recente. É fruto de uma intensa mobilização, inclusive perante os órgãos do Poder Judiciário. Como resultado dessa mobilização, há o Decreto Federal nº 8.727/2016, que garante o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis no domínio da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além do Decreto nº 55.588/10, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado, de forma que o nome social possa ser considerado em todas as fichas, crachás, formulários e documentos. Outras administrações do país também passaram a criar normas próprias para regulamentar o direito ao uso do nome social por parte da população trans e travesti.

É importante notar que o nome social é um direito fundamental e, portanto, absolutamente basilar na construção da cidadania de pessoas trans e travesti. É por meio dele que essas pessoas são tratadas, chamadas e referenciadas perante a sociedade, que ainda vê muita dificuldade em enxergar essas existências como dignas de direitos. A sua



preservação como um direito fundamental é o que traz ao nome social o *status* de extrema relevância política.

Na contramão dos avanços relacionados ao uso do nome social, o Decreto ora questionado, idealizado pela gestão Jair Bolsonaro, propõe retrocessos bastante significativos. A norma propõe que o nome social seja inserido na nova Carteira de Identidade ao lado do nome presente no registro civil das pessoas trans e travestis, de modo a expor e constranger membros de uma comunidade já duramente violentada pela transfobia no país. Além disso, o dispositivo que se pretende sustar no Decreto estabelece problemas que atingem diretamente a segurança da população trans no país, além da abertura de margens para violências diversas para esses segmentos sociais, uma vez que propõe uma categórica exposição da identidade de gênero dos usuários do nome social, sujeitando-os a constrangimentos totalmente dissonantes da ordem jurídica do país.

Em outros termos, o Decreto, na forma do que estabelece o artigo 13, inciso III, exige que uma pessoa trans ou travesti, que escolheu deixar de ser chamada pelo nome presente em seu registro civil, esteja sujeita a ter seu nome conhecido e exposto por qualquer pessoa que eventualmente venha a portar seu documento de identidade, sendo um canal ilegal para a prática de ilegalidades e constrangimentos de ordem transfóbica.

Em conformidade com a Ação Civil Pública (ACP) apresentada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)¹, entendemos que:

“O documento de identidade tem uma função muito bem definida, e não deve ser usado de forma a constranger qualquer cidadão ou cidadã devido a um campo que represente um risco à segurança da pessoa. Sobretudo no caso de pessoas trans que ainda não tiveram o nome retificado em seus registros civis.”

Dessa forma, a previsão legislativa promove contraditória distinção já superada pela consolidada jurisprudência dos Tribunais Superiores, que reconheceram a possibilidade de pessoas trans adotarem o nome social em identificações oficiais e não oficiais.

¹ Ver: Ação Civil Pública nº 1068933-56.2022.4.01.3400, com trâmite no TRF-1ª Região.





Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP)

Em razão dos argumentos citados acima, solicitamos apoio dos nobres pares na iniciativa.

Deputada **ERIKA HILTON**

PSOL/SP

Apresentação: 10/04/2023 17:06:54,247 - MESA

PDL n.109/2023

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900
Gabinete 636 - Anexo IV



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Hilton

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236964280800>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO Nº 10.977, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022	https://www2.camara.leg.br/login/fed/decret/2022/decreto10977-23-fevereiro-2022-792318-norma-pe.html
FIM DO DOCUMENTO	